



POSSIBILIDADES E DESAFIOS DO PROFESSOR DE LINGUAGENS E CÓDIGOS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Jane Ramos de Souza¹

¹ Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri/

Resumo: O objetivo deste artigo consiste em, a partir da consideração de novos olhares sobre a educação, refletir acerca das possibilidades e desafios que enfrentam os professores no contexto da Educação do Campo atualmente. Diante disso, discute-se, particularmente, a presença do ensino da Gramática na escola e os meios pelos quais o professor pode trabalhá-la de forma contextualizada e interacionista.

Palavras-chave: Professor; Educação do Campo; Gramática; Contextualizada.

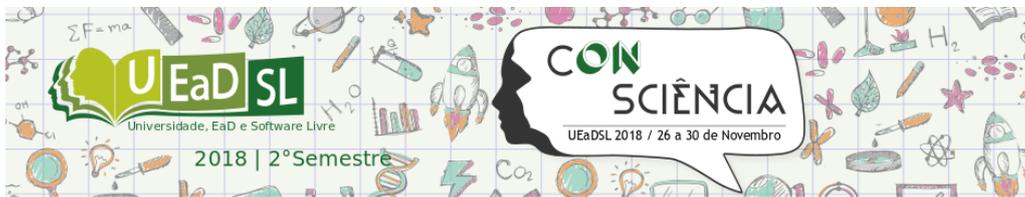
1. Introdução

A Educação do Campo surge da necessidade de existir uma educação diferenciada, voltada para a realidade, saberes e cultura do povo do campo. Seu processo de desenvolvimento procura ser de forma coletiva, construído de forma conjunta entre a comunidade a escola, numa perspectiva de qualificar a aprendizagem dos estudantes.

Levando essa particularidade em consideração, procura-se refletir a respeito dos desafios enfrentados pelo educador do campo e também as possibilidades de um novo modelo de educação, uma metodologia que considera os sujeitos do campo e proporciona a eles a troca e mobilização do conhecimento. Conhecimentos esses, que vão além dos muros da escola e dos livros, vão sendo construídos entre a família e a comunidade.

Discute-se também o ensino da gramática nas escolas, que, na maioria das vezes, ocorre de maneira abstrata, não trazendo nenhuma significação a vida do estudante que aprende a teoria, mas não consegue executar a prática em seus textos. Em contraponto a essa visão, defende-se que o ensino de gramática deve ser pautado em auxiliar o estudante no conhecimento mais aprofundado e crítico de sua língua





materna e na aquisição do conhecimento a respeito da mesma para que assim este possa ocupar os diferentes espaços da nossa sociedade, como nas relações profissionais e/ou pessoais formais, por exemplo.

2. O professor de Linguagens e Códigos no contexto da Educação do Campo

O percurso formativo na LEC possibilita a seus graduandos um olhar mais atento para as particularidades do povo do campo, suas demandas e o anseio de lutar, cada vez mais, por uma educação de qualidade que forme sujeitos críticos e capazes de promover transformações em seu meio.

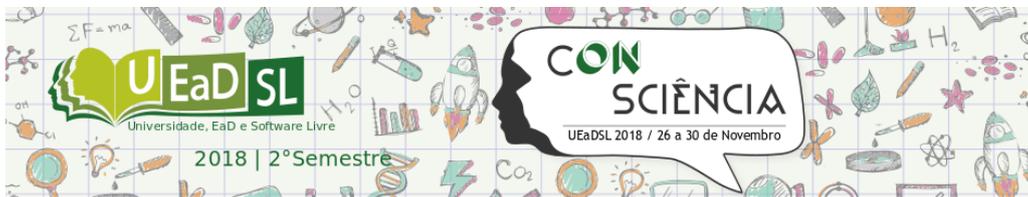
Minha opção em ingressar no curso superior, para além da formação, se deu por se tratar de um curso que se difere dos demais no que diz respeito aos conteúdos, a metodologia de ensino e por se tratar de algo voltado para o campo e seus sujeitos. Para mim, a área da Linguagens, antes do ingresso no curso, era vista apenas como a área do ensino de Língua Portuguesa. Atualmente, percebo que está muito além disso, foca-se no compromisso com a formação de profissionais que sejam mediadores do conhecimento, não apenas transmissores, e que esses sejam críticos em relação à escola e à sociedade como um todo. Como afirma Freire em “Medo e Ousadia (2008, 12ª ed.):

A educação libertadora é, fundamentalmente, uma situação na qual tanto os professores como os alunos devem ser os que aprendem; devem ser os sujeitos cognitivos, apesar de serem diferentes. Este é, para mim, o primeiro teste da educação libertadora: que tanto os professores como os alunos sejam agentes críticos do ato de conhecer. (FREIRE, p. 46)

Dentro dessa perspectiva, acredito que o educador deve estar sempre buscando se tornar um “educador pesquisador”, mas essa tarefa não é tão simples na prática, visto que a escola ainda é um espaço totalmente tradicional e não muito receptivo a mudanças. Não é que não se deva tentar, pelo contrário, só não se pode romantizar tais teorias e acreditar que a partir delas pode-se mudar o mundo.

3. O ensino de Gramática no contexto do campo





Muito se tem discutido a respeito do ensino ou não da língua padrão nas escolas e isso implica em debates muito mais amplos do que apenas ser contra ou favor. Tais reflexões envolvem questões mais amplas como variação e preconceito linguístico, por exemplo. Essa é uma questão bastante complexa, pois a escola sendo uma instituição social, influencia diretamente na vida dos indivíduos que por ela passam. Por isso, a defesa de alguns por não se ensinar a língua padrão nas escolas com os argumentos de que o português é difícil ou até mesmo de que haverá um apagamento da cultura dos estudantes. Teses que não podem ser sustentadas, visto que sabemos que qualquer pessoa aprende perfeitamente qualquer outra língua desde que a mesma seja exposta constantemente ao indivíduo.

Além disso, o professor e a escola como um todo devem oferecer condições para que os estudantes possam tramitar em mais de um espaço, ou seja, que valorize sua cultura e seu modo de falar, mas que também desfrute dos benefícios que a aquisição da norma padrão possa lhes oferecer. Nesse sentido, é benéfico ao estudante que não tem a norma padrão como sua variante materna, que ele saiba adequar sua fala nos diferentes espaços da nossa sociedade, como afirma Possenti (1996, p. 11).

O equívoco, aqui, parece-me, é o de não perceber que os menos favorecidos socialmente só têm a ganhar com o domínio de outra forma de falar e escrever. Desde que se aceite que a mesma língua possa servir a mais de uma ideologia, a mais de uma função, o que parece hoje evidente.

A habilitação em Linguagens e Códigos da Licenciatura em Educação do Campo vem nos fazendo repensar cada vez mais sobre o ensino de Português nas escolas. Não podemos nos basear em modelos de educação nos quais os alunos sejam caixas de depósito de conteúdos, como seria a educação bancária que Paulo Freire reprova. E, sim, devemos buscar nos próprios alunos o fundamento do ensino, fazer com que eles compreendam que são perfeitamente capazes de criar suas próprias teorias e refletir sobre elas, tornando-os autores do próprio conhecimento. Como traz Freire:

O educando precisa assumir-se como tal, mas assumir-se como educando significa reconhecer-se como sujeito que é capaz de conhecer o que quer conhecer em relação com o outro sujeito igualmente capaz de conhecer, o educador e, entre os dois, possibilitando a tarefa de ambos, o objeto de conhecimento. Ensinar e aprender são assim momentos de um processo maior – o de conhecer, que implicar re-conhecer. (2003, p. 47)





No que diz respeito ao uso da língua e da linguagem de um modo mais amplo, diariamente nos encontramos na posição de emissores e receptores onde fazemos uso de diferentes linguagens, buscando sempre a que se adequa melhor a determinados contextos comunicativos. Como traz Travaglia (2009, p. 22).

Nessa concepção a língua é vista como um código, ou seja, como um conjunto de signos que se combinam segundo regras, e que é capaz de transmitir uma mensagem, informações de um emissor a um receptor. Esse código deve, portanto, ser dominado pelos falantes para que a comunicação possa ser efetivada.

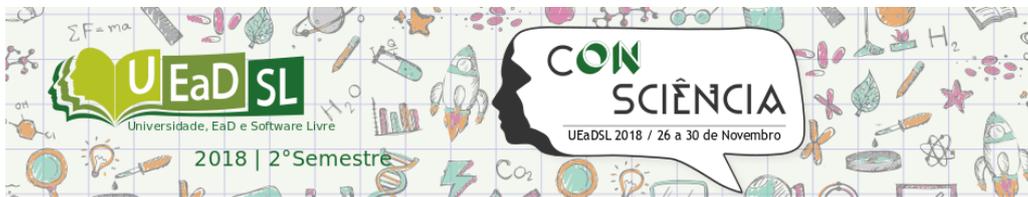
A respeito desse debate, vale considerar que, para alguns linguistas, a linguagem é considerada como a capacidade própria do ser humano, a maneira com que o mesmo usa para se expressar através dos signos, ela permite que o cidadão exerça sua cidadania, influencie e seja influenciado. Portanto, se pensarmos nessa complexidade do uso da língua e da linguagem em um ambiente mais específico como uma sala de aula, ainda nos deparamos com diversos tipos de linguagens, que vão além da forma verbal - seja oral ou escrita e levando em conta suas diferentes formas de manifestação - como a música, pinturas, danças.

Nota-se que o trabalho com a linguagem na escola está focado em um tipo formação comunicativa dos alunos em específico. Em linhas gerais, a área de português fica responsável por ensinar a língua da cultura dominante, o português culto, padronizado pelas gramáticas e dicionários, e acaba, infelizmente, alimentando o mito de que dominar as variedades padrões é sinônimo de ascensão social. Segundo Fonseca e Fonseca (1997, 87) apud Travaglia (2009, p. 17).

Propomos que o ensino de língua materna se justifica prioritariamente pelo objetivo de desenvolver a competência comunicativa dos usuários da língua (falante, escritor/ouvinte, leitor), isto é, a capacidade do usuário de empregar adequadamente a língua nas diversas situações de comunicação. Portanto, este desenvolvimento deve ser entendido como progressiva capacidade de realizar a adequação do ato verbal às situações de comunicação (cf. Fonseca e Fonseca, 1997, 87).

Diante disso, compreendemos a importância de se respeitar essas variações e seus falantes, observando que língua e linguagem ultrapassa os limites das gramáticas e suas regras, e que muitas vezes, o falante necessita fazer uso de mais de uma variação dependendo do contexto, revelando assim preconceitos enraizados em nossa sociedade.





Percebe-se que pouco se foca na linguagem, quando o assunto é ensino de línguas, desconsiderando assim a organização do pensamento dos estudantes. Sendo assim, considera-se que o aprendizado da língua materna ocorre de maneira mais eficaz quando os estudantes possuem autonomia na construção do seu conhecimento. Essa autonomia ocorre por meio de atividades epilinguísticas (ver anexo), visto que a leitura e a escrita são importantes ferramentas que possibilitam os estudantes uma melhor compreensão do mundo e auxiliam na construção do sujeito histórico, social e político.

Enquanto o ensino de língua e o trabalho com a gramática for pautado apenas na transmissão de regras gramaticais, não se promoverá o ensino da língua materna, nem os estudantes se apropriarão dela adequadamente. Por isso faz-se necessário se atentar aos detalhes presentes nos enunciados dos estudantes, então a partir deles leva-los a construção dos conhecimentos linguísticos.

Acredita-se que por meio das atividades epilinguísticas há uma renovação na forma de ensinar a língua materna e no trabalho com a gramática, de modo que mais que ensinar a língua a seus falantes, é um modo de leva-los a refletir sobre ela e de usá-la com maior competência.

Referências

CALVET, Louis-Jean. Sociolinguística: uma introdução crítica. **A luta por uma concepção social da língua**. Editora Parábola. São Paulo (2002).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e Ousadia - O Cotidiano do Professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 12 ed. 2008.

FREIRE, P. & HORTON, Myles. **O caminho se faz caminhando**: conversas sobre educação e mudança social. 4 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos, Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática/ Luiz Carlos Travaglia. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2009.





Anexo

Plano de Aula

Tema: Variação e Preconceito Linguístico

Local: Escola Estadual Vereador Luzo Freitas de Araújo

Turma: 3º ano do ensino médio

Objetivo Geral: entender e usar a língua portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade.

Objetivos Específicos

- Identificar, em textos de diferentes gêneros, as marcas que singularizam as variações linguísticas sociais, regionais, etária e/ou de sexo.
- Relacionar as variações linguísticas a situações específicas de uso social.
- Reconhecer os usos da norma padrão da língua portuguesa nas diferentes situações de comunicação.
- Reconhecer situações de preconceito linguístico.
- Desconstruir a ideia de que português “correto” e “errado”.

Metodologia

- Aula expositiva dialogada a respeito dos temas Variação e Preconceito Linguístico.
- Levantar questionamentos a respeito do tema.
- Apresentar e discutir as poesias “O Poeta da Roça” e o “Causo Mineiro” de Patativa do Assaré e charges relacionadas ao tema.
- Pedir que os estudantes tragam transcritos, causos de sua comunidade e apresente para os colegas.
- Identificar nesses causos marcas de variação linguística, sejam histórica, regional, etária entre outras que surgirem.
- Entender como e porque as pessoas sofrem preconceito a partir do uso dessas variações, especialmente o povo do campo.
- Apresentar e discutir o texto “Preconceito Linguístico” do Marcos Bagno.
- Discussão a respeito da importância da gramática e das variações e como devemos adequar o uso de ambas nos diferentes espaços.
- E para finalizar os estudantes deverão escrever um texto sobre o que entenderam a partir das discussões e depois se auto avaliarem, refletirem sobre o que escreveram, compreenderem os sentidos de seu texto.

Avaliação

A avaliação será qualitativa e processual mediante a participação nas atividades propostas.

Referências

ASSARÉ, Patativa. O Poeta da Roça. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/patativa-do-assare/872145/>. Acesso em 05/09/2018.

BAGNO, Marcos. A Língua de Eulália. Disponível em: <https://professornogueira.files.wordpress.com/2013/02/marcos-bagno-a-lc3adnqua-de-eulc3a1lia-pdfrev.pdf>. Acesso em 05/09/2018.

Charges Preconceito Linguístico. Disponível em: Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=charge+preconceito+linguistico&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=2ahUKEwjQ6df9uKzdAhWIFZAKHayEAIUQsAR6BAqFEAE&biw=1366&bih=657#imgrc=cP Y3UzTyJ6BXIM:>. Acesso em 05/09/2018.

